

Copyright © 2011 EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.
FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

305.8

E84 Etnografia e educação: conceitos e usos./Carmem Lúcia Guimarães de Mattos, Paula Almeida de Castro (Organizadoras). – Campina Grande: EDUEPB, 2011.
298 p.: Il. color.

ISBN 978-85-7879-088-2

1. Etnografia. 2. Pragmática do Discurso. 3. Filosofia das Ciências.
I. MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães.

21. ed. CDD



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍSA
Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Prefácio

Ao livro *Etnografia e Educação: conceitos e usos*

Luiz Antonio Gomes Senna

A despeito de todos os nossos sonhos, o Século XX chegava ao fim juntamente com a famigerada guerra-fria, aquela coisa abstrata que percorreu sombriamente os horrores das duas grandes guerras mundiais e habitou o imaginário coletivo povoado por espiões, torturadores, cortinas-de-ferro e tantas outras temíveis bobagens. Ao se calarem os sonhos, toda a realidade do mundo se descortinou diante de nós mesmos e pudemos ver, perplexos, para além das ideologias revolucionárias situadas na linha de mão única entre direita e esquerda, que a maioria das pessoas do planeta sequer ingressara no Século XIX. De fato, os últimos anos do século XX foram como os de o final de uma guerra que durou um século, quando dos escombros insurgiam-se os desassistidos, os miseráveis, os excluídos, mantidos à sombra da Modernidade, bem ao estilo dos deterministas. E eram excluídos de toda espécie que, de toda parte, de súbito, faziam-se presentes, clamando por reconhecimento. Houve quem visse naqueles anos uma *pós-modernidade*, mas não havia nada de novo ali, embora parecessem inéditas aquelas presenças rotas por toda parte. Nem mesmo aquela terrível sensação de decepção se pudesse tomar como novidade, pois já se vivera algo similar entre os Românticos do Século XIX. Não, a dita *pós-modernidade* não foi mais do que uma das ideologias intelectuais daquele século já repleto de doutrinas, “ismos”, paradigmas, princípios etc. O que lá se via era ela mesma, a *Modernidade*, enroscada em seus próprios intestinos, processando as fezes do mundo, fervendo um novo século que já se vislumbrava como o clichê da luz no fim do túnel.

Ao fim do túnel, pouco antes de se virem as luzes do século XXI, o pensamento estruturalista – base de todo o modelo de Humanismo erigido no interior das chamadas ciências humanas – já dava sinais de estar em cheque, à medida que perdia força a crença em um sujeito ideal, estritamente lógico, a-histórico e apátrida. As correntes da Pragmática do Discurso surgidas a partir de movimentos acadêmicos da lingüística francesa entre os anos de 1960 e 1970 (no auge dos movimentos sociais que cobravam o final dos ecos da guerra-fria na Europa), não tardaram a se expandir para outros segmentos das ciências humanas. Iniciava-se aí um namoro com o homem tomado enquanto figura real, vivaz, eloqüente e, acima de tudo, social. Um homem cujos estatutos não se formulavam segundo dogmas positivistas ou religiosos, porém, segundo dinâmicas absolutamente prosaicas, casuais e medidas conforme as interações de cada qual com cada qual. E assim, DOSSE¹ (1991:384), descrevendo a contribuição de Michel Foucault para a pragmática do discurso, nos explica: “o que é novo, entretanto, é o objeto dessa problematização, o sujeito, em sua relação com a ética. Nesse domínio muito clássico da filosofia, Foucault procede ainda uma vez mais à inversão da ótica tradicional, ao dissociar a moral da ética. Já não se trata de situar-se no plano dos sistemas prescritivos da moral impostos de fora e que opõem um sujeito-desejo a um código repressivo, mas de perceber os modos de produção do sujeito através da problematização da sua própria existência numa ética e estética de si”.

Na pragmática do discurso, um domínio em que os sentidos do enunciado expresso se desvendam nas intenções subjacentes a cada ato comunicativo, nos termos de Jürgen Habermas², os sujeitos não se revelam *a priori*, como cobaias humanas vivas, mas como fenômeno social, uma história a ser re-contada pelo pesquisador, re-significada em suas dimensões semânticas.

1 DOSSE, François (1991) *História do Estruturalismo*. Vol. 2 O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Trad. Portuguesa: Campinas: UNICAMP.

2 HABERMAS, Jürgen (1990) “Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida”, in *Pensamento Pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Ainda segundo DOSSE (1991: 270), “É a esfera discursiva que interessa a Foucault e não o referente, que continua sendo objeto privilegiado do historiador”. Não obstante marcar o início das reformas que viriam a caracterizar a produção de conhecimento nas Humanidades mais à frente, os primeiros passos da Pragmática do Discurso ainda se apresentavam relativamente tímidos no que concerne à superação do dogma estruturalista que tomava do sujeito da pesquisa como um sujeito ideal, tal “como escreveu Habermas, nessa configuração do saber a hermenêutica é dispensada, visto que a compreensão deixou de ser o horizonte teórico de tal postura” (DOSSE 1991: 271). De fato, Habermas nos diz que “O arqueológico procederá de maneira que os documentos falantes voltem a ser monumentos mudos, devendo os objetos ser liberados de seu contexto a fim de ficarem ao alcance de uma descrição de tipo estruturalista” (HABERMAS 1988: 296)³.

Perpetrando, então, a mudez de seus “documentos falantes” – e lá já bem se veja como se fazem calar as pessoas por de trás dos discursos – e lhes concedendo o extrato de “monumentos mudos”, a Pragmática do Discurso reveste-se de um adorável fetiche acadêmico, um exercício de formulação de juízos, ao deleite dos intelectuais que os promovessem, no aconchego de seus gabinetes ensolarados da bela Paris. Um fazer mais retórico do que agregado aos movimentos políticos que seus defensores abraçavam entre uma aula e outra. O final do Século XX, datado propriamente junto com o final da crença numa Humanística concebida a partir de “monumentos mudos”, veria já por se consolidarem movimentos acadêmicos clamando pelo resgate do homem real, este ser histórico instituído nos sistemas de valor que se produzem e re-produzem no cotidiano e no prosaico da vida, a exemplo da teoria de sistemas de representação postulada por Sylvain Auroux⁴, no âmbito de uma filosofia da linguagem pós-estruturalista.

3 HABERMAS, Jürgen (1985) *Le discours philosophique de la modernité*. Paris: Gallimard.

4 Cf. AUROUX, S. (1979) *La sémiotique des encyclopedistes*. Paris: Payot. P.11.

A emergência da uma humanidade plena de vida e voz, às portas do Século XXI, traria à cena acadêmica um problema epistemológico essencial e paralisante: *a que pessoas nos referíamos nós entre aqueles recém desenterrados dos escombros da guerra fria?* A superação do discurso acadêmico estruturalista, que até então determinara as bases gerais com que as Humanidades haviam definido tudo acerca do Homem, esbarrara, então, na mais primária das demandas de qualquer ciência, a saber, o conhecimento de seu objeto de investigação. Que homens haveria, então, no mundo, para além dos modelos previamente ditados nos paradigmas humanísticos da Modernidade? Eric Hobsbawm⁵ (2004: 504) apresenta-nos que *"Nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem mais dependente delas do que o século XX. Contudo, nenhum período, desde a retratação de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas"*, com isto evocando a extrema dificuldade vivida naquele século para se coordenar o uso da ciência e o uso social e político da ciência. Esta desconfiança no sentido da ciência – também aplicável às Humanidades – exacerbou-se entre os excluídos da esfera pública da Modernidade, ao mesmo tempo que estes ganharam espaço e legitimidade na sociedade do Século XXI.

O plano de conflito entre excluídos, de um lado, e intelectuais, de outro, junto aos quais se formulavam as políticas públicas de governo orientadas para as minorias sociais, apresenta-se como cenário para o desenvolvimento de um ramo das ciências humanas chamado *Etnografia*, cujos objetos são a identificação e o registro dos sujeitos sociais situados para além dos imaginários clássicos da Modernidade. A etnografia é, portanto, a porta através da qual o pós-estruturalismo pôde vir a se tornar uma prática com verdadeiro impacto social, revolucionário, pois que vai ao povo, torna-o visível, cômico de si e o traz para o centro da sociedade, sem máscaras, sem vergonha, sem pudores higienistas.

5 HOBBSBAWM, E. (2004) *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. S. Paulo: Cia. das Letras.

Do mesmo modo que entre os séculos XIX e XX o pensamento estruturalista determinou a necessidade de que as ciências e as Humanidades erigissem seus próprios códigos epistemológicos, nas chamadas filosofias das ciências, as demandas epistemológicas contemporâneas sugerem a necessidade de que cada uma das ciências abrace a Etnografia como ponto de partida para si mesma. Seja partindo de uma reflexão interna no que tange aos modos e às práticas de pesquisa, assim como às dinâmicas sociais e políticas de validação do conhecimento produzido, que se realizam no domínio da realidade dos laboratórios, de formas muitas vezes inconscientes e alheias aos códigos de conduta consagrados. Seja partindo de um exercício sistemático de busca do sujeito objeto de pesquisa subjacente às pessoas investigadas, na maioria das vezes constituídas por traços fisiológicos e simbólicos não redutíveis às teorias de sujeitos previamente traçados na cultura de cada ciência. Estes exercícios de reflexão sobre as práticas de pesquisa e sobre os sujeitos de pesquisa resulta da prática etnográfica, definindo aquilo que Carmen de Mattos muito bem sintetiza como a prática de tornar o estranho familiar e o familiar, estranho. Esta definição, embasada na noção de *habitus* de Pierre Bourdieu⁶, orienta todo o seu trabalho e se reflete diretamente nos textos que seguem aqui publicados.

No caminho de uma etnografia da educação brasileira, este livro nos provoca a refletir sobre a condição social da instituição escolar, numa sociedade marcada pelo profundo desconhecimento dos mecanismos que cotidianamente se empregam para perpetuar a desigualdade social. Fruto de uma aprimorada aplicação do conceito de pesquisa participante, nos termos definidos em Giddens (2001: 654-661)⁷, os trabalhos aqui reunidos desenham um curso de etnografia dedicado a provocar reflexão teórica e reflexão metacognitiva sobre os espaços institucionais da escola.

6 BOURDIEU, Pierre (2004) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.

7 GIDDENS, Anthony (2001) *Sociologia*. Tradução portuguesa: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Especialmente nos dois capítulos que abrem o livro, Carmen de Mattos cuida de nos situar a etnografia no campo da Educação, dando-nos a dimensão daquilo que se pode compreender como o específico da etnografia para área acadêmica da Educação, tanto na dimensão epistemológica (no que concerne às práticas de investigação e produção de conhecimento em Educação, perpassadas por condutas etnográficas), como na dimensão histórica, neste caso, apresentando-nos uma revisão das tendências gerais que influenciaram a etnografia enquanto campo de estudos e enquanto campo de aplicação na educação. No estudo apresentado, Mattos permite-nos avançar na discussão previamente introduzida na Pragmática do Discurso, décadas atrás, porém sob a ressalva de respeito aos sistemas simbólicos reais e históricos, como clamados por Syvain Auroux, tal como expõe no capítulo **A abordagem etnográfica na investigação científica**: “*A maior preocupação da etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível sobre um grupo particular de pessoas e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que fazem*”.

A perspectiva de abordagem etnográfica do fenômeno institucional escolar apresentado por Carmen de Mattos, Paula Castro e seus colaboradores neste livro apresenta-nos um salto à frente até mesmo de abordagens consagradas de questões como a do fracasso escolar. É o caso de Giddens (2001: 524), cuja abordagem, de cunho eminentemente sociológico, ainda resiste em problematizar a participação da escola enquanto mecanismo que atua sobre o comportamento do aluno oriundo das minorias sociais, tal como em “... *Tal como vimos anteriormente, muitos jovens estão crescer em condições conturbadas, com falta de orientação e apoio por parte dos adultos [... ...] Para os jovens que crescem neste cenário conturbado, as escolas podem parecer irrelevantes ou demasiado autoritárias, em lugar de constituírem um local de oportunidades e desenvolvimento*”. Mattos e Coelho, no capítulo **Violência na escola: reconstruindo e revisitando trajetórias e imagens de pesquisas produzidas por no NetEdu entre 1992 e 2007**, assim dimensionam a responsabilidade da instituição escolar sobre a violência: “*Supomos que a violência não se reduz àqueles atos*

violentos visíveis aos nossos olhos, como também se esconde em ações silenciadoras, discriminadoras, de desrespeito e de humilhação, nem sempre reconhecidas como violentas [... ...] Supomos também que, nas práticas de violência escolar, docentes e alunos se antagonizam, se posicionam em disputa ou luta por autoridade, disciplina e autonomia”. É neste sentido, que os capítulos desta obra, ao buscarem provocar novos sentidos sobre as práticas institucionalizadas de educação formal, contribuem para o projeto maior da área de Educação, concernente à construção de uma escola capaz de agregar, formar e educar sem ferir os novos sujeitos sociais saídos da marginalidade pública.

Trata-se de um livro destinado ao educador contemporâneo, especialmente o que atua nos sistemas públicos de ensino, cuja meta é cumprir a Educação do povo deste país e cumpri-la de forma digna e respeitosa, mesmo diante do fato – maravilhoso fato – de que somos um país destinado à pluralidade cultural. Muito me honrou escrever o prefácio a esta obra a convite de Carmen e Paula, contribuindo, ainda que singelamente, para situá-la no contexto do pensamento contemporâneo da Educação.